



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.ª SL

Aos 23 dias do mês de abril de 2019, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 193 e 194, referentes às reuniões dos dias 13 e 20 de fevereiro de 2019;

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

- **Projeto de Lei 1193/XIII/4.ª (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas**
Deputado autor do parecer: GP PSD
- **Projeto de Lei 1194/XIII/4.ª (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas**
Deputado autor do parecer: GP PSD
- **Projeto de Lei n.º 1197/XIII/4.ª (BE) - Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos e reforço da proteção laboral dos trabalhadores oncológicos, nomeadamente no acesso ao emprego e em matéria de tempo de trabalho (quinta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 04 de fevereiro e décima quarta alteração ao Código do Trabalho**
Deputado autor do parecer: GP PS

3. Apreciação e votação da proposta de alteração apresentada pelo GP do PS ao n.º 3 do artigo 44.º-B do Texto Final dos Projetos de Lei n.ºs 873/XIII/3.ª (PS), 913/XIII/3.ª (PSD), 1012/XIII/4.ª (PAN) e 1018/XIII/4.ª (CDS-PP) - [Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar;](#)

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2003/XIII/4.ª (PSD) - Clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público;

5. Distribuição do Relatório “Portugal na União Europeia – 2018” (a CAE solicita que o relatório seja remetido até dia 15 de maio)
Relator: GP PS;

6. Ratificação das votações realizadas em sede de Grupo de Trabalho – Parentalidade relativamente às iniciativas legislativas sobre Parentalidade;

7. Deliberação sobre a baixa sem votação dos seguintes projetos de resolução:

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.^a SL

Projeto de Resolução n.º 703/XIII/2. ^a	Flexibilização dos horários das creches através de acordos de cooperação com a Segurança Social, incentivos à sua constituição por parte das empresas e promoção de acordos entre estabelecimentos de infância e entidades empregadoras	CDS-PP
Projeto de Resolução n.º 704/XIII/2. ^a	Recomenda ao Governo o aumento de três para cinco ciclos de tratamentos de Procriação Medicamente Assistida, compartilhados pelo Serviço Nacional de Saúde	CDS-PP
Projeto de Resolução n.º 715/XIII/2. ^a	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal	PS

8. Deliberação a respeito da Comissão com competência para apreciar a Petição n.º 595/XIII/4.^a - da iniciativa de Joana Margarida da Fonseca Fernandes Madureira – Solicitam a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, aplicável aos trabalhadores da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, que foi remetida à 10.^a Comissão de Trabalho e Segurança Social, e as propostas de alteração que baixaram à 9.^a Comissão de Saúde na sequência das Apreciações Parlamentares n.ºs 115/XIII/4.^a (BE); 123/XIII/4.^a (PCP) e 125/XIII/4.^a (PSD) - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, que "Estabelece o regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira";

9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), deu início aos trabalhos da Comissão, entrando-se de seguida na apreciação da ordem do dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 193 e 194, referentes às reuniões dos dias 13 e 20 de fevereiro de 2019;

Submetidas a votação, as atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE (GP do BE).

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

- Projeto de Lei 1193/XIII/4.^a (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas
Deputado autor do parecer: GP PSD

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.ª SL

- **Projeto de Lei 1194/XIII/4.ª (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas**
Deputado autor do parecer: GP PSD

O Grupo Parlamentar do PSD (GP do PSD) indicou como relatora de ambas as iniciativas a Senhora Deputada Carla Barros.

- **Projeto de Lei n.º 1197/XIII/4.ª (BE) - Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos e reforço da proteção laboral dos trabalhadores oncológicos, nomeadamente no acesso ao emprego e em matéria de tempo de trabalho (quinta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 04 de fevereiro e décima quarta alteração ao Código do Trabalho**
Deputado autor do parecer: GP PS

O Grupo Parlamentar do PS (GP do PS) indicou como relator o Senhor Deputado Rui Riso.

3. Apreciação e votação da proposta de alteração apresentada pelo GP do PS ao n.º 3 do artigo 44.º-B do Texto Final dos Projetos de Lei n.ºs 873/XIII/3.ª (PS), 913/XIII/3.ª (PSD), 1012/XIII/4.ª (PAN) e 1018/XIII/4.ª (CDS-PP) - [Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar](#);

A Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) afirmou que a proposta de alteração aqui em discussão, apresentada pelo GP do PS, visava delimitar a atribuição da licença parental prevista no n.º 3 do artigo 44.º-B, já que consideravam que a partir de uma certa idade da criança (14/15 anos) não haveria tanta necessidade de a família beneficiar dessa licença. Por outro lado, defendeu ainda que a ausência de um limite temporal poderia contribuir para que as famílias abusassem desta prerrogativa que aqui lhes era reconhecida.

Já o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) sublinhou que via esta proposta como uma limitação que contrariava o texto final anteriormente aprovado, o que justificava o voto contra do seu grupo parlamentar.

Também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) anunciou o voto contra do seu grupo parlamentar, tal como já havia sucedido aliás em relação à proposta apresentada pelo Deputado único Representante do PAN para este artigo, e explicou que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que havia acompanhado este processo legislativo, se encontrava nesse momento na reunião de outra Comissão parlamentar.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.ª SL

Por sua vez, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), depois de esclarecer de igual modo que a Senhora Deputada Laura Monteiro Magalhães (PSD) se encontrava na audição da Senhora Ministra da Cultura, que decorria àquela mesma hora em outra Comissão parlamentar, deu conta que o seu grupo parlamentar se abstinha quanto à proposta ora em apreço.

Deste modo, foi a proposta submetida a votação, sendo aprovada com os votos a favor do PS, os votos contra do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD, registando-se a ausência do BE, que ainda assim informou em momento posterior que o seu voto seria favorável à alteração por ora preconizada.

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2003/XIII/4.ª (PSD) - Clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público;

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que atendendo ao conteúdo da iniciativa em epígrafe, propôs que fosse solicitada a sua distribuição à Comissão de Educação e Ciência, por considerar que seria esta a competente para a sua tramitação. Este pedido foi acompanhado pelo Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e pela Senhora Deputada Carla Barros (PSD), e tendo então o Senhor Presidente comunicado que seria solicitada a respetiva redistribuição.

5. Distribuição do Relatório “Portugal na União Europeia – 2018” (a CAE solicita que o relatório seja remetido até dia 15 de maio) Relator: GP PS;

O GP do PS indicou como relatora a Senhora Deputada Carla Tavares.

6. Ratificação das votações realizadas em sede de Grupo de Trabalho – Parentalidade relativamente às iniciativas legislativas sobre Parentalidade;

A apreciação deste ponto da Ordem de Trabalhos foi adiado para a próxima reunião ordinária da Comissão, não sem que a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) indagasse pela possibilidade de agendamento de uma reunião extraordinária da Comissão antes da reunião plenária de sexta-feira, o que porém não se revelou possível. Por seu turno, a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) realçou que, apesar de o texto final ser longo, era importante que este processo fosse concluído o quanto antes, e aproveitou para esclarecer que o mesmo era independente do processo legislativo que ainda se encontrava em curso no Grupo de Trabalho – Leis Laborais, pelo que não aguardaria

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.^a SL

a sua conclusão, ainda que ambos promovessem alterações ao Código do Trabalho em vigor.

7. Deliberação sobre a baixa sem votação dos seguintes projetos de resolução:

Projeto de Resolução n.º 703/XIII/2. ^a	Flexibilização dos horários das creches através de acordos de cooperação com a Segurança Social, incentivos à sua constituição por parte das empresas e promoção de acordos entre estabelecimentos de infância e entidades empregadoras	CDS-PP
Projeto de Resolução n.º 704/XIII/2. ^a	Recomenda ao Governo o aumento de três para cinco ciclos de tratamentos de Procriação Medicamente Assistida, comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde	CDS-PP
Projeto de Resolução n.º 715/XIII/2. ^a	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal	PS

Neste sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, e depois de ter sido divulgado que o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que já não se encontrava presente, concordara com a subida, para votação em Plenário, dos dois projetos de resolução apresentados pelo seu grupo parlamentar, foi igualmente manifestado pelo Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) que o seu grupo parlamentar anuía na subida a Plenário, para votação, da iniciativa da sua autoria, não sem que deixasse de referir que considerava que o Projeto de Resolução n.º 704/XIII/2.^a (CDS-PP) era da competência da Comissão de Saúde e não da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

8. Deliberação a respeito da Comissão com competência para apreciar a Petição n.º 595/XIII/4.^a - da iniciativa de Joana Margarida da Fonseca Fernandes Madureira – Solicitam a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, aplicável aos trabalhadores da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, que foi remetida à 10.^a Comissão de Trabalho e Segurança Social, e as propostas de alteração que baixaram à 9.^a Comissão de Saúde na sequência das Apreciações Parlamentares n.ºs 115/XIII/4.^a (BE); 123/XIII/4.^a (PCP) e 125/XIII/4.^a (PSD) - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, que "Estabelece o regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira";

Foi elucidado que este ponto fora apenas agendado para conhecimento dos Senhores Deputados, visto que havia já sido despachada a redistribuição da petição indicada à Comissão de Saúde.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.ª SL

9. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente recordou que ainda não haviam sido designados os Senhores Deputados que integrariam a delegação da Comissão que estaria presente na reunião da Organização Internacional do Trabalho em junho, pelo que solicitou aos grupos parlamentares em causa que se possível indicassem os respetivos nomes até ao final da corrente semana.

A reunião foi encerrada às 16:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 206/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Joaquim Raposo
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Helga Correia

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Joana Barata Lopes
José Moura Soeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires